

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA EXECUTIVA DO CODEFAT

ASSUNTO: 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE APOIO DO CODEFAT

DIA : 11.07.94

HORA : 14 HORAS

LOCAL : SALA DE REUNIÕES – 6º ANDAR – BLOCO F

A abertura foi feita pelo Presidente do CODEFAT, Dr. Valmir Dantas que disse da preocupação do Sr. Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel que com o Plano Econômico, os recursos do FAT e sua forma de remuneração está um pouco atrativa e está se buscando uma forma de equacionar para que estes recursos tenham uma rentabilidade social. O Sr. Presidente do CODEFAT falou ainda que embora não estivesse constando na Pauta, gostaria de se referir à rolagem de empréstimo de 700 milhões de dólares feito através de depósitos o Banco do Brasil e que face a calamidade que área da Saúde vem passando, mais uma vez houve necessidade da edição de Medida Provisória que postergou até junho do ano que vem a rolagem deste empréstimo. Disse ainda, que o Conselho tem que buscar formas de aprimorar os mecanismos de fiscalização, de controle embora sabendo que somente com ajustes estruturais a questão Saúde poderá ser equacionada. Em seguida o Secretário-Executivo, Dr. Vicente Luiz Barbosa Marotta, deu início a reunião propriamente dita.

ITEM 1 Memória da 38ª Reunião Ordinária do Grupo de Apoio ao CODEFAT. Foi entregue para manifestação.

ITEM 2 Diretrizes Básicas da SPES. O Sr, Secretário-Executivo do CODEFAT disse que no curto intervalo de tempo de gestão, tentará otimizar e tirar resultados concretos de tudo que for possível em termos de definições institucionais de ação da área trabalho, principalmente no setor de geração de emprego e formação profissional. A SPES formulou uma política para reger a área de emprego e formação profissional para o MTb, que tem uma concepção de implementação em cima de dois planos básicos: Um Plano Nacional de Emprego e Renda e Plano Nacional de Formação Profissional que estão sendo montados em suas respectivas Secretarias do MTb. Oito programas estão previstos. O primeiro é o Plano Nacional de Emprego e Renda. E segundo está voltado para a reavaliação e adequação do Programa do Seguro-Desemprego, o terceiro objetiva definir critérios básicos para Políticas de Geração de Emprego e Renda a serem

desenvolvidos pelos estados e municípios com vistas a apoiar financeiramente pequenas e microempresas, cooperativas e associações. O programa quatro consiste na Implantação das Comissões Tripartites e Paritárias Estaduais Municipais de Emprego e Desenvolvimento de Formação Profissional. O programa cinco contempla a Sistematização de Identificação, Classificação e Registro do Trabalhador, com vistas a melhor ordenação de emissão de Carteiras de Trabalho. O programa seis contempla a melhoria de Integração e Disseminação das Informações sobre o Mercado de Trabalho registrados na RAIS e Lei 4923/65. O programa sete trata de Mobilização, Divulgação e Integração dos demais Setores Sociais que interagem na área de Emprego e Formação Profissional. O Programa oito implica numa reestruturação da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário para formulação de Sistemas operacionais internos que permitam a persistência e continuidade das informações disponíveis dentro da estrutura do Governo.

ITEM 3 Políticas de Emprego com recurso do FAT. Propostas do Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil e FINEP. O Secretário-Executivo do CODEFAT pediu para que o Sr. Antônio Alberto Mazali do Banco do Brasil S/A fizesse a apresentação da Proposta. Sr. Antônio Mazali apresentou o Programa de Desenvolvimento – PRODEN que se baseia em três pontos: Primeiro é a previsão da criação de um Fundo Municipal, envolvendo a participação da comunidade do crédito. O Segundo ponto é a criação de um Conselho formado por representantes da Sociedade, da Comunidade que deverá definir algumas regras e condições para o crédito e que projetos serão financiados. O terceiro ponto é no que diz respeito ao papel do Banco do Brasil S/A que além de administrar os recursos provenientes desse fundo da prefeitura se compromete prioritariamente a destinar as linhas de crédito mais barata do que dispõe para essas regiões. É um programa em fase de implantação existente em 30 e 40 municípios com 100 projetos aprovados e numa avaliação inicial é um projeto bastante promissor. O Segundo programa a ser apresentado pelo Sr. Antônio Mazalli foi o MIPEN que está em atividade desde 1992. Conta no que diz respeito aos aspectos técnicos gestão e treinamento com a parceria do SEBRAE. A finalidade principal do MIPEN é apoiar a pequena empresa, melhoria de renda num teto de até 35 mil reais. O limite do financiamento hoje é de 80% das necessidades para as microempresas e de 70% para as pequenas empresas. O Sr. Rogério Pio Teixeira do Banco do Brasil S/A fazendo uso da palavra explanou sobre as Cooperativas que é de vital importância para a área rural. Disse ter hoje em torno de 1.400 cooperativas mais de 1 milhão de cooperados, em torno de cem mil funcionários nessas cooperativas as quais são responsáveis pelo

faturamento em torno de 5,5 bilhões ao ano o que equivale a formação de aproximadamente 1.8% do PIB, só as cooperativas de produção. Na área urbana citou cooperativas educacionais, cooperativas de trabalho que irão concorrer para geração de emprego e renda. Em seguida foi passado o uso da palavra ao Sr. Marcos Antônio Barrozo Severiano do BNB que, após fazer apresentação e a área de atuação do Banco passou a fazer a explanação da Proposta quanto aos Objetivos, Estratégias, Beneficiários e as Bases Operacionais do Programa de Geração Emprego e Renda. Como objetivos citou a inserção no mercado e montar em bases autosustentáveis pequenos empreendimentos do setor rural, industrial, agroindustrial de comércio e serviços que se caracterizam pelos auto-coeficientes de geração de emprego e desconcentração de renda na Região Nordeste. Quanto a Estratégia seria formar um “mix” proveniente dos recursos do orçamento oriundos do FNE com os alocados através do FAT. Quanto aos Beneficiários disse ser as micro e pequenas produtores rurais, empresas industriais, agroindustriais, comerciais e de serviços. Quanto a Base Operacional disse ser dez Estados, pois além dos da Região Nordeste atua no Norte de Minas Gerais. Em seguida Dr. Vicente Marotta passou a palavra para o Presidente da FINEP, Dr. Lourival Mônico que disse do problema da área de Ciência e Tecnologia onde se discute emprego e modernidade, distribuição de renda e tecnologia, variáveis absolutamente incompatíveis que precisavam ser juntadas de uma forma organizada contemplando a qualidade de vida do trabalhador. Estes conjuntos de fatores levou a FINEP discutir com os Sindicatos com o DIEESE, levantando o problema da educação e modernidade. Em seguida o Presidente da FINEP passou o uso da palavra ao Sr. Sérgio Thompson Flores da Área Financeira que falou sobre a evolução de ingresso de recurso na FINEP ao longo dos últimos anos e concluiu que a geração de e empregos só é duradoura se o emprego é gerado em empresas, em segmentos, setores que são competitivos propiciando a manutenção desse emprego a médio e longo prazo. Disse ainda do novo processo de incorporação de tecnologia de mudança de paradigma de gestão que vai provocar essa mudança de renda melhorando a qualidade do emprego e relação de capital e trabalho dentro do processo produtivo. Disse ainda da expectativa de ingresso pelo menos de 400 milhões de dólares para atendimento as várias linhas de atuação da FINEP que era uma instituição financeira caracterizada por um comportamento de pouca solidez hoje se constitui num risco de crédito adequado decorrente de algumas alianças disse com bancos de desenvolvimento, do fechamento de parceria com associados de classes e Universidades. Disse ainda que a FINEP tem a preocupação de mostrar que não adianta se investir em máquinas exclusivamente por

acreditar ser de vital importância ter o homem como foco do trabalho vendo a qualidade de vida do trabalhador, a segurança do trabalhador. Falou ainda que nos próximos quatro ou cinco anos a FINEP deverá colocar os trabalhadores para serem polivalentes, de usarem a automação flexível e minimizar o impacto sobre o emprego. Encerrando sua exposição o Sr. Sérgio Thompson Flores disse que o Programa havia sido distribuído aos Srs. representantes no GAP e que tentou focar os aspectos fundamentais do curso. Em seguida o Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Luiz Barbosa Marotta, disse que os projetos expostos iriam se ajustar à concepção do Plano Nacional de Emprego da SPES. Em seguida, informou a presença na SPES de técnicos dos Estados para elaborar várias Propostas de Trabalho, entre eles uma proposta de Regimento Interno das Comissões de Emprego. O representante da Força Sindical, Willy Fischer em relação as Propostas apresentadas pelas instituições acima citadas disse da necessidade de análise com profundidade pelos representantes no GAP e CODEFAT mas manifestou sua preocupação quanto a falta de alguns mecanismos de controle dos benefícios sociais. O Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Marotta pediu aos Srs. representantes das instituições financeiras ali presentes da necessidade de se pensar na implantação de um banco de informações a ser disponibilizado dentro do Ministério do Trabalho. Assim o Ministério do Trabalho poderá institucionalizar um mecanismo de geração de informações sociais, estatísticas para ser interagido com todos aqueles que dele tiver necessidade. Em seguida, o representante da Força Sindical, Willy Fischer disse da necessidade de resolver o custo do financiamento cuja TR deverá vir a ser alterada. A seguir o Secretário-Executivo, Dr. Vicente Marotta disse ter no Ministério do Trabalho, consultores auxiliando no estudo desse assunto, por achar que o FAT não objetiva lucros de ordem financeira e sim uma nova realidade social, e que o trabalhador tenha emprego e salientou a importância que os agentes financeiros tenham a plena consciência de que eles também serão fatores alavancadores de geração de qualificação profissional, não só de financiamento de programa de emprego e renda, como também agentes de qualificação. Caberá às instituições financeiras estabelecer os vínculos oportunamente com o Sistema Nacional de Emprego para orientação da qualificação da mão-de-obra, da reciclagem e da educação básica. A exemplo citou um estudo do SINDUSCOM que encontra-se em análise na Secretaria de Formação Profissional. O Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, Dr. Vicente Marotta, solicitou ao Banco do Brasil S.A.; BNB; FINEP e BNDES que se reunissem para buscarem soluções conjuntas para somar esforços em prol do benefício do trabalhador.

- ITEM 4 Regulamentação do artigo 20 da Lei número 8.900, de 30-06-94. Foi sugerido permanecer o período aquisitivo de 16 meses cuja Minuta de Resolução deverá ser aprovada na próxima reunião do CODEFAT.
- ITEM 5 Relatório do CMI, Ministério do Trabalho sobre o Sistema de Intermediação de mão-de-obra – SIMO. O Secretário Adjunto da SPES, Dr. Willian Carvalho, informou da solicitação do representante da Força Sindical, Willy Fischer, para ser feito um estudo comparativo da rede contraponto de UNYSSIS e da rede cliente servidor tipo NOVELL e pediu para entregar o Relatório da CMI/MTb sobre o assunto. Em seguida, o Sr. Willy Fischer pediu para entregar ao GAP um documento sobre o assunto, elaborado pelo SERPRO, a seu pedido, ficando de haver outras reuniões sobre o assunto.
- ITEM 6 Estudo da mudança dos critérios de remuneração dos recursos do FAT alocados no BNDES. O representante do BNDES, Sr. José Fiorencio disse que em reunião que antecedeu à edição do Plano Real, foi registrada a preocupação quanto ao indexador. Hoje aparentemente, prosseguiu Sr. José Fiorencio, há duas alternativas: o super indexador no momento e o indexador bastante diferente que tem periodicidade de indexação, de correção monetária anual. Disse também da existência de um grupo de estudo no BNDES, que irá propor alternativas, ligadas a longo prazo, e oportunamente será apresentado ao GAP e ao CODEFAT. O Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Marotta, disse da importância de aguardar definições mais claras do mercado financeiro.
- ITEM 7 Apreciação da Minuta de Pauta de 25ª Reunião Ordinária do CODEFAT. O Secretário-Executivo fez alguns comentários sobre a Pauta e pediu para acrescentar a Exposição das Diretrizes Básicas da SPES e o item que trata das Comissões Tripartites. Solicitou ainda para convidar para a reunião a Senhora Secretária de Formação Profissional. Em seguida o Secretário-Executivo do CODEFAT falou da presença do Sr. Mário Cana Barrabás, Secretário de Política Industrial do Ministério da Indústria Comércio e Turismo para falar sobre o Ofício nº 070/SPI/GAB/MICTB ao Secretário-Executivo do CODEFAT. Em seguida, Dr. Vicente Marotta pediu a Dra. Elizabeth Contreiras, assessora da SPES para se pronunciar À respeito do assunto. Disse Dra. Elizabeth de sua ponderação quanto á letra B do 2º parágrafo, por ser a única coisa que não se pode mexer num convênio é o seu objetivo e teria que ser objeto de um novo instrumento. O

representante da Força Sindical, Willy Fischer disse da necessidade do Setor adequar-se aos seus problemas administrativos e que num determinado prazo o GAP terá que redirecionar. Em seguida o representante do BNDES, Sr. José Fiorencio disse que o BNDES a principio concorda com esse tipo de nova utilização e ampliação no tipo de serviço proposto pelo MICT e que superado os obstáculos junto ao Conselho Monetário, os recursos poderiam vir a ser comprometidos. Conclui o Secretário-Executivo do CODEFAT, Dr. Vicente Luiz Marotta que o pleito apresentado pelo MICT e viável e disse da necessidade de trabalho junto ao BNDES para poder atingir os objetivos.

ITEM 8 Outros assuntos. Foram entregues as publicações referentes à índice Mensal de Emprego, Informativo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Lei nº 4.923/65 e Síntese do Seguro-Desemprego – abril/94; e Clipping do FAT, período de 21/04 a 06/07/94. E posicionamento sobre a utilização dos vínculos 6, 7 e 8 declarados na RAIS para o pagamento do Abono Salarial.

Após lida e aprovada, esta Memória será assinada pelo Coordenador e demais membros presentes do Grupo de Apoio do CODEFAT.

VICENTE LUIZ BARBOSA MAROTTA
Coordenador

RODOLFO PERES TORELLY
Titular/MTb

PAULO MACHADO
Titular/MPS

JOSÉ ROBERTO L. F. FIORENCIO
Titular/BNDES

RUMIKO TANAKA
Titular/CGT

WILLY FISCHER
Titular/Força Sindical

ABID MIGUEL EID
Titular/CNF

CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA
Suplente/CNI
